

## O entendimento é a saída

Ricardo Noblat

A esquerda na Constituinte procura, desesperadamente, uma saída que lhe permita retomar a condição de estrela de primeira grandeza que exibiu, ali, até ser batida de forma dura e inapelável pela coligação de centro-direita batizada de "Centrão". Ensaia o discurso de que foi vítima de uma articulação inspirada pelo Palácio do Planalto, movida por milhões de cruzados para os aflitos empresários, e que resultará, por abito, nos empenhamentos dos verdadeiros interesses do povo. Examina a alternativa de abandonar os trabalhos na assembléia.

Vamos por partes. O que se denominou "Centrão" é, simplesmente, a reunião das correntes políticas de direita e do centro hoje dispersas no PDS, no PFL, no PTB e no próprio PMDB. Restabeleceu-se o eixo conservador que sustentou no Congresso os governos do período autoritário até quase o final do mandato do presidente Figueiredo. O eixo cindiu-se na sucessão do último dos generais de 1964, deu origem à dissidência do PDS e passagem, afinal, à candidatura do presidente Tancredo Neves em dobradinha com a candidatura a vice de José Sarney.

A reforma do regimento interno da constituinte foi habilmente usada pela direita para recompor uma realidade parlamentar histórica que parecia arquivada ou esquecida. A recomposição poderia ter ocorrido no auge do "milagre" econômico da reforma do cruzado — mas o presidente José Sarney não teve competência para promovê-la. Ou não quis — o que dá no mesmo. O que agora se assiste, pois, deve ser tudo, menos algo surpreendente. Era mais do que óbvio que o perfil político da Comissão de Sistematização não correspondia ao perfil da assembléia.

Surpreendeu — isso, sim — a capacidade de articulação de um movimento sem lideranças formais, sem expressivos nomes para conduzi-lo e, originalmente, sem o apoio efetivo de um governo desconfiado, descrente e quase conformado com as derrotas que sofrera até então na constituinte. Quem, há dois ou três meses, compraria um carro usado aos deputados Ricardo Fiúza, Luiz Magalhães, Daso Coimbra, José Lourenço e Basílio Vilani, por exemplo? Mas foram esses, e mais alguns, os cérebros da derrota imposta às esquerdas e aos liberais seus aliados.

Operaram o que as mais respeitadas, experientes e brilhantes lideranças do PMDB não souberam ou não tiveram condições de operar — deixaram, momentaneamente, de lado suas divergências, fixaram alguns pontos capazes de uni-los e atraíram a adesão da maioria dos constituintes. A idéia-mestra foi a reforma do regimento interno da assembléia — um achado oportuno e, politicamente, poderoso. Ele imantou a maioria insatisfeita com seu próprio estado de constituintes de segunda classe e com algumas decisões tomadas pela Comissão de Sistematização.

A ajuda empresarial só entrou em cena quando o "Centrão" começou a demonstrar sua viabilidade. Serviu para pagar algumas contas de hotéis em Brasília, mobilizar uma frota de aviões e pressionar senadores e deputados ociosos nos Estados. Que mal há nisso? Quantos políticos, de direita ou de esquerda, foram eleitos dispensando a ajuda dos empresários? Quanto à participação do governo no movimento, até mesmo a situação de absoluto descrédito em que ele se encontra não recomendava que fosse efetiva e escancarada.

Limitou-se à ação espontânea de alguns ministros e ao incentivo discreto do presidente. Por fim, surpreendeu ver teses de teor eminentemente democrático trocaram de mãos. Nada mais democrático do que a exigência de que cada artigo da futura constituição seja aprovado pela maioria dos 559 votos da assembléia, como está, por sinal, determinado na emenda que convocou a constituinte. A tese se impôs pela força do "Centrão" — a esquerda preferia que o artigo votado na Comissão de Sistematização permanecesse como estava na ausência de 280 votos para derrubá-lo em plenário.

Reclama a esquerda da proposta de reforma do regimento oferecido pelo "Centrão" que confere preferência automática para votação a uma emenda apoiada por 280 assinaturas. Quer que a preferência seja obtida no voto contado em plenário. Bobagem. A emenda, em si, terá de ser, posteriormente, submetida ao voto e somente será considerada aprovada se tiver 280 em 559 possíveis. Há de se ver, no caso, algum mecanismo que facilite a vida dos pequenos partidos que, por serem pequenos, nem por isso podem ter suas sugestões discriminadas.

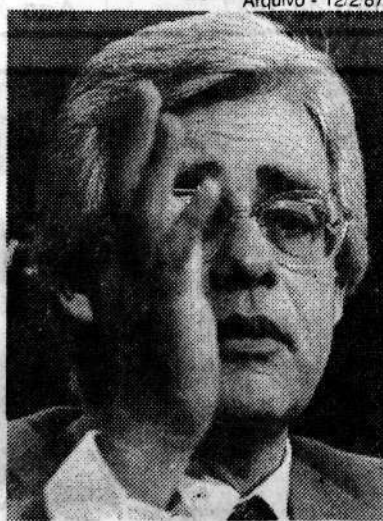
Constituição alguma, para que se faça respeitada e duradoura, pode resultar da ocorrência de maiorias eventuais, episódicas — seja no âmbito de comissões restritas, como foi a de Sistematização, seja mesmo no universo mais amplo do plenário da assembléia. O entendimento é o único caminho possível para que a futura constituição não seja contestada no dia seguinte à sua promulgação.

### Moreira vem aí

Amanhã, o governador Moreira Franco se reunirá em Brasília com o presidente José Sarney. Será o primeiro encontro à dois depois que o governador aderiu ao mandato de quatro anos para Sarney.

# Moreira alerta para risco de se adiar eleição

Arquivo - 12/2/87



Moreira: "Precisamos tempo para curar as feridas"

o país entrará numa interrogação — afirmou Moreira.

Para Moreira, "num momento em que as dificuldades econômicas são tão terríveis que já não se consegue elaborar alternativas nos institutos de pesquisa econômica, o programa de governo do candidato do PMDB terá que ser escrito nas ruas, como foi escrito o programa de metas de Juscelino Kubitschek".

A proposta de governo que Moreira defende tem que ser fundamentalmente econômica, "porque no Brasil a política traduz o problema econômico".

— Fora da Constituinte, qual a grande questão que se discute no país? É a tentativa de seu governo de apresentar mais um pacote fiscal através de decreto-lei. Sou contra o pacote fiscal. O déficit público não deve mais ser enfrentado com aumento da carga fiscal sobre a folha de pagamento do contribuinte. Co-

meçam querendo taxar ganhos de capital e acabam sempre no desconto em folha. O PMDB tem que elaborar uma proposta para seu candidato que defina os métodos de enfrentar o déficit público, reduzindo a máquina do governo, os gastos diretos do poder público e os encargos financeiros da dívida externa. Não agüentamos mais a hipocrisia que tem orientado a discussão sobre a dívida externa nos últimos 10 anos: negocia ou não com o FMI? Isso é falso porque o que acontece é que o Brasil, nesses dez anos, discute isso e acaba negociando mal com o FMI. O problema é: o que colocamos na mesa para o FMI, o Clube de Paris, os banqueiros, os nossos aliados? Se até o Peru tem sua proposta para a dívida externa, porque o Brasil não tem a sua? — questiona Moreira.

O fato de o PMDB estar vinculado ao governo Sarney não deve inibi-lo, segundo Moreira, de tratar imediatamente da sucessão e de um programa de governo.

— Hoje, o PMDB apoia um governo de transição, em que o compromisso fundamental se encerra, em primeiro lugar, na consolidação das conquistas democráticas, e em segundo lugar na promulgação da nova Constituição. Essas circunstâncias impõem limite a uma política econômica que não foi amplamente debatida no processo eleitoral e aprovada nas urnas. E é esta situação que tem permitido, de um lado, o uso excessivo de decretos-leis como instrumento de política econômica, e, de outro, o abuso no uso de pacotes e medidas de gabinete. O povo tem vivido na área econômica com fatos consumados, e fato consumado sempre avança no bolso do cidadão.

## João Cunha nega ter recebido favores para votar com o governo

BRASÍLIA — O deputado João Cunha (PMDB-SP) desmente a informação de que teria se convertido do parlamentarismo para o presidencialismo em troca de favores recebidos do presidente da República. No dia 19 de novembro passado, ele já ocupara a tribuna da Câmara dos Deputados para fazer um energético discurso contra uma notícia publicada no dia 13 do mesmo mês pelo *Jornal do Brasil*, a respeito da concessão de favores do governo para quem se convertesse ao parlamentarismo e ao mandato de cinco anos para o presidente da República. Na ocasião, o parlamentar argumentou que não podia ter mudado suas posições políticas se era autor de uma emenda convocando eleições gerais para logo após a promulgação da nova Constituição.

Nesse discurso, ele informou também que o canal de televisão concedido ao grupo "Sistema Clube de Comunicação" do seu amigo Genaro Pizani, em Ribeirão Preto (SP), não foi liberado em novembro passado, no auge das pressões sobre a Constituinte para a manutenção do presidencialismo: "O pedido de concessão do canal de televisão foi feito por um grupo de empresários do ramo, em Ribeirão Preto, a 27 de fevereiro de 1986, véspera do Plano Cruzado, quando lá esteve o presidente, a meu convite, e a concessão, também pública, foi confirmada pelo decreto 9.004, de 5 de fevereiro de 1987, quando as questões de regime de governo e mandato presidencial não estavam em pauta nem em discussão".

João Cunha fez nesse discurso acusações a repórter Teresa Cardoso, do JB, queixando-se de que sua honra teria sido atacada. Exigiu provas da acusação de que tinha sido vítima, lembrando que só denunciara os escândalos da Luftalla, da Vale do Rio Doce e das polonetas porque tinha documentos que comprovavam.

No dia 3 de novembro, numa conversa em plenário com o repórter Teresa Cardoso, a deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) informou que o presidente Sarney estava sendo pedida a concessão de canais de rádio e televisão para quem se dispusesse a trabalhar para a aprovação do mandato presidencial de cinco anos.

A deputada contou ter informações de que os governadores Orestes Quêrcia e Moreira Franco estavam sendo beneficiados com essas concessões. De posse dessas informações, a repórter perguntou ao deputado Luís Salomão (PDT-RJ) se ele tinha conhecimento disso. "Tenho, mas não tenho certeza. Quando a concessão de um canal para João Cunha, já é fato sabido de todos", respondeu Luís Salomão.

No dia seguinte, a mesma repórter encontrou o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) no cafezinho da Câmara e lhe fez a mesma pergunta. "Realmente, o João Cunha ganhou um canal de televisão para apoiar o governo. Você vê que ele não faz mais nenhum discurso contra o Sarney e nem aparece mais aqui", respondeu Gasparian. A tarde, o mesmo deputado comunicou a repórter que o *Jornal de Brasília* de três dias atrás trouxera informação de que o parlamentar realmente ganhara o canal em Ribeirão Preto.

Na mesma tarde, a repórter telefonou para o gabinete de João Cunha, a fim de checar a informação. "O deputado não está. Foi para Ribeirão Preto", respondeu o secretário de gabinete Eliezer dos Santos. "Você sabe o que ele está fazendo em Ribeirão Preto?", perguntou a repórter. "Ele está cuidando da inauguração de um canal de televisão para o final deste ano".

No dia 7 de novembro, a repórter voltou a ligar para o gabinete do deputado, a fim de saber se ele já chegara a Brasília. O funcionário Eliezer dos Santos de novo informou que ele estava em Ribeirão Preto. Foi então informado de que o JORNAL DO BRASIL desejava saber se ele ganhara realmente um canal de televisão. O funcionário ficou de confirmar a informação mais tarde. As 16h, Eliezer dos Santos telefonou para o Comitê de Imprensa da Câmara e informou que o canal não fora concedido propriamente a João Cunha, mas a um grupo de amigos seus — o Sistema Clube de Comunicação. Mas estava confirmado que João Cunha pedira o canal para o grupo.